



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Condições de trabalho, estágio supervisionado e formação profissional de assistentes sociais

*Work conditions, supervised internship and professional training of social workers***Silvana Alves da Silva¹**orcid.org/0000-0002-0211-180X
alvessilvana33@gmail.com**Reinaldo Nobre Pontes¹**orcid.org/0000-0002-1371-450X
rpontes@ufpa.br**Recebido em:** 30 set. 2021.**Aprovado em:** 26 maio 2022.**Publicado em:** 17 nov. 2022.

Resumo: O presente estudo analisa a relação entre processo de estágio supervisionado em Serviço Social em diferentes instituições e modalidades de ensino em Belém do Pará, e as condições de trabalho, impactadas pelas transformações do mundo do trabalho do(a) supervisor(a) acadêmico e de campo. Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo, baseada na técnica de entrevista semiestruturada, que contou com sujeitos escolhidos de forma intencional, por estarem inseridos no mencionado processo formativo. Os dados coletados e analisados evidenciaram que, embora esses sujeitos vivenciem realidades diferentes, inseridos em instituições distintas, sofrem da mesma forma, cotidianamente, os rebatimentos das transformações ocasionadas pela reestruturação produtiva, sendo muito difícil desenvolver esse processo formativo da forma como é estabelecido pelas entidades da categoria.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Profissional. Estágio Supervisionado. Transformações do mundo do trabalho.

Abstract: This study analyzes the relationship between the supervised internship process in Social Work in different institutions and teaching modalities in Belém do Pará, and the working conditions, impacted by the changes in the working world of academic and academic supervisors. field. To achieve the proposed objective, bibliographical and field research were carried out, based on the semi-structured interview technique, which included subjects intentionally chosen, as they were included in the aforementioned training process. The collected and analyzed data showed that, although these subjects experience different realities, inserted in different institutions, they suffer the same way, on a daily basis, from the transformations caused by the productive restructuring, making it very difficult to develop this training process as established by the entities. of the category.

Keywords: Social Work. Professional qualification. Supervised internship. Transformation in the world of work.

Introdução

O presente trabalho aborda parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada "O estágio supervisionado na formação profissional de assistentes sociais em Belém (PA): estudo da interferência das transformações do mundo do trabalho", que analisou o processo de estágio supervisionado em Serviço Social, em diferentes instituições e modalidades de ensino em Belém do Pará, em face das condições de trabalho do(a) supervisor(a) acadêmico(a) e de campo e a realidade vivenciada por discentes-estagiárias. Buscou perceber o movimento do objeto de estudo em uma perspectiva crítico-dialética de inspiração



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

marxiana, que parte da posição de que a natureza relacional, dinâmica e contraditória do ser social não é percebida em sua imediaticidade, necessitando de mediações e superações para se atingir o concreto. Para alcançar o objetivo proposto realizou-se pesquisa bibliográfica, bem como, pesquisa de campo, baseada na técnica entrevista (semiestruturada) que contou com sujeitos escolhidos de forma intencional por estarem inseridos no processo de estágio supervisionado em instituições públicas presenciais, privadas presenciais e à distância de Belém do Pará: duas supervisoras acadêmicas, três supervisoras de campo e três discentes-estagiárias.

Por questões éticas de preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa seus nomes não serão divulgados. Dessa maneira, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Sendo assim, para identificação dos sujeitos serão criadas nomeações, tais como: Supervisora Acadêmica "A" (instituição pública presencial), Supervisora Acadêmica "B" (instituição "semipresencial"), Supervisora de campo "A" (pública presencial) Supervisora de Campo "B" (privada presencial), Supervisora de Campo "C" (privada à distância), Estagiária "A" (pública presencial), Estagiária "B" (privada "semipresencial") e Estagiária "C" (privada à distância).

A busca por aprofundar o estudo sobre a formação profissional em Serviço Social se torna imprescindível na contemporaneidade. Principalmente, no contexto atual de desmonte das políticas públicas, que se torna necessária a reflexão sobre o processo de educação e formação dos(as) assistentes sociais, solicitando pensar sobre esse "momento do capitalismo mundial, nacional e regional, além de compreender o significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de suas relações com a realidade e da opção política impressa nos projetos da profissão e da sociedade" (KOIKE, 2009, p. 1).

Não obstante, fomentar essa discussão significa reforçar a defesa de um projeto de formação profissional calcado na defesa dos princípios do Código de Ética do (a) Assistente Social de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas

Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, que defendem a imprescindibilidade do(a) assistente social ir além do aparente, buscando o rompimento com as formas imediatistas, pragmáticas, alienadas e burocratizadas de trabalho profissional.

Para tanto, este trabalho apoia-se no pensamento de Abramides (2003, p. 16) de que "o estágio na formação profissional deve se transformar em debate da categoria profissional permanente, como seu elemento constituinte e constitutivo e competência das unidades de ensino". Essa discussão é, sobretudo, demanda que vem sendo colocada historicamente pela categoria dos(as) assistentes sociais e pelas agências formadoras, haja vista a capacidade que tem de desenvolver habilidades e valores intrínsecos e necessários à profissionalização que se objetiva diretamente no real.

Ressalta-se, desse modo, que o estágio supervisionado no curso de Serviço Social, tal como explicita a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, apresenta como uma de suas proposições:

Oportunizar ao/a estudante o estabelecimento das relações mediadas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob a hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p. 14).

Neste sentido, "o estágio tem potencial como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite o desenvolvimento de todas as dimensões da profissão e a articulação em volta de um perfil profissional crítico" (GUERRA, 2016, p. 101). É mediação teórico-prática que permite que:

O reconhecimento de categorias ontológicas do ser social, no imediato, e sua superação analítica e prática pela concretização das abstrações iniciais através do alcance de um nível mais elevado seja da realidade que se pôs, seja da ação que se realizou e suas consequências no tecido do ser social" (PONTES, 2016, p. 186).

Entretanto, como afirma Silva (1995, p. 19), "a formação profissional deve ser entendida como um processo dialético", que acaba por incorporar as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria realidade das organizações sociais onde se materializa a ação-reflexão profissional. Com esse entendimento, discutir formação profissional implica acompanhar o movimento da sociedade e a trajetória histórica do próprio Serviço Social, buscando entender os condicionamentos que as relações sociais impõem sobre o trabalho profissional.

Para tanto, estudar estágio supervisionado, implica compreendê-lo como:

Um processo educacional imbricado nas tendências do ensino superior no Brasil, apreendendo a política educacional inserida na dinâmica dos atuais processos de contrarreforma do Estado, que aprofunda sua vinculação ao processo de reprodução do capital" (VASCONCELOS, 2009, p. 66).

Nessa perspectiva, Ortiz (2014, p. 211) considera que o estágio supervisionado se apresenta como um dos momentos centrais na formação profissional em Serviço Social, que não deve ser entendido – como muitas vezes ocorre – como um complemento ou uma formalidade do processo formativo. É uma experiência fundamental à identificação dos sujeitos intervenientes nesse processo: supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo e discentes-estagiários(as). A incompreensão da presença desse trio de atores indissociáveis e cruciais para o processo de estágio se processa da luta pela garantia de um estágio e supervisão de qualidade, considerada a conjuntura de privatização das políticas públicas e de precarização do trabalho.

Importa ainda mencionar a relevância desse debate voltado à defesa de uma formação profissional de qualidade, com viés crítico, haja vista considerar a contrarreforma do Estado e seus impactos na Política de Educação Superior que contribuem para trazer, tal como afirma Lewgoy (2013, p. 15), novas configurações para a formação profissional, bem como novos rebatimentos no processo de supervisão de estágio.

De certo que a supervisão de estágio é com-

promisso político de assistentes sociais com a formação de outros(as) assistentes sociais, devidamente previsto no Código de Ética do(a) assistente social de 1993. Entretanto, consideradas as condições de trabalho em que são colocados(as) esses(as) profissionais, nesta conjuntura de crises prolongadas e de regressões no campo dos direitos da classe trabalhadora, o estágio acaba por se tornar trabalho extra, o que leva muitos(as) profissionais da categoria a se recusarem (por motivos objetivos e subjetivos) à responsabilidade da supervisão ou, em alguns casos, cobrarem remuneração às instituições de ensino, para que assim desenvolvam essa atividade junto ao(a) discente-estagiário(a). Nas palavras de Pereira (2016):

Percebe-se uma resistência por parte de alguns profissionais à supervisão. Isso pode ser pensado do ponto de vista da insegurança, do acúmulo de mais uma tarefa em meio ao atribulado cotidiano de trabalho e/ou no não reconhecimento ou subvalorização da experiência de estágio como uma atribuição privativa (PEREIRA, 2016, p. 367).

Para a autora, a condição do(a) supervisor(a) acadêmico(a), também necessita ser problematizada, haja vista que esse(a) profissional também convive nas instituições de ensino com condições precárias de trabalho, não tendo muitas das vezes o fornecimento dos meios adequados para a realização da supervisão, e principalmente, da interlocução com o(a) supervisor(a) de campo. "Tais problemas têm sua gênese numa lógica que faz sucumbir o caráter pedagógico dessa atividade em face dos interesses do mercado de trabalho capitalista" (HILLESHEIM, 2016, p. 164).

O autor supracitado ainda evidencia que apesar dos inúmeros esforços teóricos e políticos, bem como a aprovação de um conjunto de documentos normativos, legais e problematizações em relação ao estágio supervisionado em Serviço Social, têm sido recorrentes os debates nos espaços acadêmico-profissionais que revelam, entre outras coisas, que muitos desafios – mesmo que sejam apontados – não foram devidamente superados.

1 Condições de trabalho do(a) assistente social e seus rebatimentos no processo de estágio supervisionado em Serviço Social

A aproximação aos sujeitos que participaram da pesquisa, assistentes sociais supervisoras de campo e discentes-estagiárias, se fez através da busca da compreensão de suas experiências, bem como do conhecimento por elas gerado, que, "tomados em relação ao objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações, sejam elas de natureza econômica, social, política ou cultural" (BOURGUIGNON, 2005, p. 51).

A realidade do estágio supervisionado em Serviço Social apresenta desafios advindos dos determinantes da reestruturação produtiva ocorrida no mundo do trabalho, que acaba por reverberar no processo educacional e de formação profissional, cujas possibilidades são inerentes à leitura crítica da realidade e no fortalecimento da identidade profissional construída historicamente pela categoria. Esse momento de formação configura-se a partir da dimensão educativa, formativa, pedagógica e do exercício profissional, calcada "nas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social num processo permanente de construção de competências aliada à dimensão política, identidade e autonomia profissional, atrelada ao perfil e ethos profissional" (CAPUTI, 2016, p. 393).

Todavia, o cotidiano profissional, rico em contradições, mediatizado pela inserção em políticas sociais, demandam dos(as) assistentes sociais a realização do trabalho, dentro do espaço sócio-ocupacional, que levem em consideração o cumprimento de normas, regulamentos, orientações e/ou decisões advindas da normatização da política e vetorizada pelos seus superiores, para execução das mesmas políticas, que são condições e exigências de respostas imediatas às demandas colocadas. Nesse contexto, a prioridade acaba por se transformar em repostas aos fenômenos, não importa de que forma, daí resultando:

Um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências e senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos (GUERRA, 2012, p. 46).

Tal situação carrega consigo a reprodução da lógica que faz subordinar o caráter pedagógico-crítico do estágio supervisionado aos interesses imediatistas tanto dos serviços sociais públicos de má qualidade, quanto do capital.

A substituição de profissionais por estagiários, as relações clientelistas entre instituições de ensino e campos de estágio para que sejam garantidos os espaços para a sua realização, as condições precárias de trabalho dos supervisores (acadêmico e de campo), a concepção de estágio como mera prestação de serviços, a dominância do caráter técnico em detrimento da necessária articulação desse caráter com as dimensões teórico-metodológica e ético-política nas práticas de estágio, o estágio como estratégia de sobrevivência de estudantes e como possibilidade de permanência na academia, entre outros tantos problemas, revelam como o tema atravessa a realidade da formação profissional em Serviço Social (mas não só) e precisa permanecer na pauta de lutas da categoria (HILLESHEIM, 2016, p. 164).

Referente a esses desafios citados, concernentes à realidade do estágio em Serviço Social, podemos constatar nos resultados da pesquisa realizada, através dos depoimentos dos sujeitos, acima mencionados, expressando a vivência das problemáticas mencionadas. Iniciamos pela fala dos(as) estagiários(as) e depois analisamos a fala dos(as) profissionais sobre aspectos escolhidos entre muitos outros que interferem na relação de trabalho e de supervisão de estágio.

Em seu discurso, a Estagiária A exemplifica que no cotidiano do estágio supervisionado, o desafio se deu na relação com profissionais de outras áreas, considerando que na equipe de trabalho da qual a assistente social supervisora de campo fazia parte, é comum que outros profissionais queiram repassar demandas para o Serviço Social que não condizem com suas competências e atribuições. Nessa relação, cita que as profissionais do Serviço Social muitas vezes executam o pedido fora do que cabe à

profissão devido à pressão e ao medo de perder a vaga dentro do espaço sócio-ocupacional: "elas fazem porque elas têm medo de perder o emprego, essas terceirizações, elas precarizam muito o nosso trabalho, eu considero assim" (ESTAGIÁRIA A, informação verbal).

Apreende-se do relato acima que a dinâmica de flexibilização/precarização atinge sobremaneira o trabalho do(a) assistente social, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais em que se processa, ocasionando em muitos trabalhadores(as) o medo e a insegurança de não manter a vaga de trabalho, perpassando pela intensificação do trabalho e até pela aceitação de execução de atribuições que não são condizentes com a profissão.

Referente à questão das condições de trabalho do(a) assistente social, a Estagiária B consegue visualizar que a estrutura proporcionada pela instituição é precária, além de reproduzir uma lógica de trabalho estritamente burocrática e estar constantemente colaborando para mudança no fluxo do trabalho. Nesse entendimento, ela compreende a importância da prática do estágio por poder vivenciar a realidade de trabalho do(a) assistente social. É importante ressaltar, como elucida Lewgoy (2011, p. 26), "o estágio supervisionado não pode ser reduzido à mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, aos ditames mecânicos, rotineiros e essencialmente técnicos".

Ainda quanto aos desafios vivenciados no processo geral do estágio supervisionado, a Estagiária C ressalta que o que se colocou como mais desafiante se expressou na necessidade da mesma se desdobrar para conseguir a vaga de estágio:

Assim, desafios foram nesse sentido de eu ter que correr muito atrás. Comecei estágio no último dia pra iniciar, comecei no último dia. Então foi uma correria. Não sabia se ia conseguir, se ia renovar, se não ia. Não tinha muitas respostas, muito apoio da faculdade, mas eu acho que tudo valeu a pena porque o estágio, como eu disse, foi um grande aprendizado, foi o local que eu comecei o estágio I (um) e fui até o estágio III (três). Terminei, fiz o meu projeto de intervenção, foi muito bom, apresentação e todas as coisas que eu participei lá, todas as culminâncias, todos os projetos que tem,

alguns eu participei. Foram muito bons. Então foi um aprendizado pra mim excelente. Até um crescimento assim como pessoa (ESTAGIÁRIA C, informação verbal).

Diante desses depoimentos, é possível identificar elementos que indicam a capacidade que o estágio tem de, no âmbito da formação e do trabalho profissional, potencializar a compreensão e apreensão da realidade, podendo promover, dessa maneira, o pensar sobre a construção de "proposta de intervenção alicerçadas na identificação e discussão das inúmeras possibilidades e dos desafios que perpassam a profissão" (ASSIS; ROSADO, 2012, p. 207).

Ainda sobre as dificuldades que perpassam o trabalho do(a) assistente social, foi mencionada a questão da precarização dos espaços de atendimento ao(à) usuário(a). Quanto a isso, a Estagiária A coloca a não existência do sigilo profissional no local em que realizava estágio. Ela destacou que a sala do Serviço Social que existia no local foi extinta e afirmou que os atendimentos se dão pelos corredores. Além do mais, por estar inserida em um ambiente da área da saúde, ela mencionou a falta de materiais essenciais para atuação nesses espaços, como álcool em gel e sabão. O telhado, segundo ela, estava para cair sobre a cabeça dos profissionais, a fiação em alguns locais é exposta, em péssimas condições. Para a discente-estagiária, todas essas questões reverberam sobremaneira no trabalho do(a) assistente social.

Quanto a isso, a Estagiária C revela que no local do estágio, onde está inserida, não tem as melhores condições para guardar o sigilo profissional, porque todos os(as) profissionais da psicologia dividem a mesma sala com os do Serviço Social, sendo necessário, quando de uma demanda sigilosa, que todos(as) se retirem da sala para realização do atendimento. Nesse ínterim, os demais profissionais ficam na sala que ela denominou de "sala do cadastro", "aguardando próximo da porta" (ESTAGIÁRIA C, informação verbal).

Quanto ao necessário acondicionamento se-
guro da documentação dos(as) usuários(as) dos

serviços sociais, a mesma fonte afirmou que não existe local adequado para guardá-los, pois, “a gente que tem que guardar na nossa pastinha mesmo e deixar em algum lugar, ou deixa no computador, porque vai ficar desligado, né! E quando vem impresso a gente coloca em uma pasta, guarda” (ESTAGIÁRIA B, informação verbal). Esse exemplo, pinçado do cotidiano da relação de trabalho profissional e de supervisão, permite ilações sobre as precárias condições de trabalho e obstáculos para favorecer a supervisão do estágio.

O seguinte relato da Estagiária C, quanto às condições do campo de estágio, é significativo para a percepção, também, dos avanços contraditórios, em meio a desmontes, de resultados que favorecem o estágio e o exercício profissional. Sobre a estrutura do espaço físico, afirmou:

Uma boa estrutura, bem localizado, em uma área central, manutenção boa, na medida do possível. Elas (assistentes sociais) fazem uma manutenção muito boa, correm atrás da FUNPAPA pra que melhore mais, a parte física do local. Mas é uma casa lá com a estrutura muito boa, poderia até ser maior, né! Se eu não me engano, o outro espaço que era antes era maior, mas nesse que tá agora, tá muito bom o local (ESTAGIÁRIA C, informação verbal).

Aqui se tem uma mostra do significado do espaço contraditório das políticas sociais, em particular da assistência social, nesse caso, porque revela avanço de qualidade do espaço ofertado à atenção às demandas sociais, mas ao mesmo tempo apresenta seus limites em relação à precarização dos vínculos trabalhistas para os assistentes sociais.

Considerando o que preconiza o Código de ética do(a) assistente social de 1993, no que diz respeito aos aspectos acima observados nas falas dos sujeitos, observa-se que constitui direito do(a) profissional do Serviço Social a manutenção do sigilo em seus atendimentos com a população usuária dos serviços, bem como manter um local de atendimento destinado às abordagens individuais e coletivas, tal como coloca a Resolução do Conselho Federal do Serviço Social nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social, as

características do local de atendimento devem contar com: a) iluminação adequada ao trabalho diurna e noturno, conforme a organização institucional; b) recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c) ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d) espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Ademais, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (PNE) ainda traz como orientação o fato de que os locais campo de estágio devem garantir condições necessárias para que o trabalho profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos que são essenciais ao processo de formação do(a) estagiário(a). Além disso, a PNE institui, como competência dos supervisores acadêmicos, além do acompanhamento do(da) discente-estagiário(a), avaliar as condições éticas e técnicas do campo de estágio. Os fóruns de estágio devem, também, priorizar temáticas que estabeleçam a reflexão sobre essas condições do trabalho e da formação profissional (ABEPSS, 2010, p. 37).

Essas contradições do processo de formação de assistentes sociais, mediatizado pelo estágio supervisionado e pela precarização do trabalho profissional, até aqui, visto pelas lentes discentes, passará daqui em diante a ser problematizado pelo discurso dos(as) supervisores(as).

Quanto às condições e à forma como desenvolvem o seu trabalho cotidianamente, as Supervisoras de Campo, sujeitos da pesquisa, revelaram majoritariamente que a demanda de trabalho é demasiada, o que dificulta o andamento da supervisão de maneira qualitativamente adequada. Sem embargo, as falas mostraram realidades diversas, alternando condições mais avançadas e menos avançadas dentro da contradição inerente à realidade das instituições, para o exercício profissional combinado com a supervisão de estágio, como se verá a sequência.

A Supervisora de Campo C afirma que as condições dadas para estagiário(a) da instituição em que trabalha, são favoráveis:

[...] nós temos condições de trabalho adequado pra supervisionar um estagiário. Nós damos condições, também, pra esse estagiário estagiar com a gente, por exemplo: nosso estagiário tem uma mesa com computador pra ele, tem condições ambientes pra que ele possa ser um estagiário e contribuir com a instituição. Mas, mesmo assim, com a demanda e fluxo de trabalho. A gente tem uma certa dificuldade de dialogar mais a fundo com o estagiário, pra que o processo de formação se conclua da forma que deveria (SUPERVISORA DE CAMPO C, informação verbal).

Contudo, como pode ser percebido, as demandas e exigências ao seu trabalho acabam por interferir no processo de acompanhamento e supervisão desse sujeito, dificultando-o, embora seja possível identificar boas condições estruturais de trabalho e de supervisão de estágio. Em contraponto ao que foi relatado anteriormente pela Supervisora de Campo C, a Supervisora de Campo A expõe que no local de trabalho em que as discentes-estagiárias contam apenas com uma mesa, de onde ficam, muitas das vezes, observando o atendimento profissional.

Quanto as suas condições de trabalho, a Supervisora de Campo B elucida a deficiência existente quanto aos meios de trabalho, haja vista não ter o suporte tecnológico e estrutural para o desenvolvimento de sua função. Por não ter acesso a computador, a mesma afirma que não consegue, no local de trabalho, solicitar à estagiária que pesquise temáticas quando ocorrem dúvidas no cotidiano profissional. Ela afirma ainda, que na sala da unidade institucional existem apenas cadeiras e mesas, sem computadores ou telefone.

No que se refere às demandas dos serviços sociais a ela atinentes, a informante afirma que consegue conciliá-las com o processo de supervisão de estágio. Entretanto, ressaltou que a coordenação da unidade onde atua tentou, muitas vezes, lotar a discente-estagiária em horário diferenciado da sua supervisora de campo, o que demonstra, nitidamente, o desejo do local de usar a mão de obra do estagiário em substituição ao/à assistente social, o que fere tanto a legislação da própria política de estágio, quanto o Código de Ética Profissional. Dessa forma, a supervisora

explicou que foram necessários muitos embates para conseguir manter a estagiária no horário coincidente com o seu, propiciando assim a supervisão direta de estágio.

Das supervisoras entrevistadas, a única que possui duplo vínculo é a Supervisora de Campo A, formada por instituição pública, concursada, a qual assevera estar submetida a sobretrabalho, principalmente por se encontrar inserida na área da assistência social. Acredita que devido ao volume de demandas, poderia supervisionar melhor as estagiárias que acompanha, entretanto, frisa que as elevadas demandas dificultam esse processo:

Tem dias que eu não consigo conversar com elas. Quando são casos assim que às vezes demandam muito tempo. Por exemplo, com uma família eu passo quarenta minutos. Eu não tenho como ficar conversando com elas porque tem outras esperando. E antes o banco ficava cheio aqui fora. Ai eu não tenho como... A gente vai dialogar sobre aquele caso, essas situações ficavam pra depois. O problema é que às vezes o depois não chega, porque depois já tem outra coisa pra fazer" (SUPERVISORA DE CAMPO A, informação verbal).

O relato da Supervisora Acadêmica B vai no mesmo sentido das limitações do tempo dedicado à supervisão:

Existem muitas limitações, por exemplo, existe a questão de conseguir conciliar os horários para fazer a supervisão acadêmica e os nossos horários, porque a gente que é supervisor acadêmico somos os professores. Então, a gente tem os horários de tá trabalhando, né! Desenvolvendo essa atividade como professor e tem o horário de fazer supervisão e, às vezes, não dá para equiparar uma coisa com a outra. É muito corrido, né! Essa é uma das principais limitações (SUPERVISORA ACADÊMICA B, informação verbal).

De fato, observa-se que as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho incidem na questão do tempo, dos prazos, dos horários, das datas e das oportunidades. Exigem do(a) assistente social, em seus diversos locais de trabalho, dar conta das demandas que se mostram em excesso no cotidiano de trabalho, situação que também torna desafiante a supervisão e acompanhamento do(a) discente-estagiário(a).

Quanto às condições de trabalho dos supervisores de campo, Pereira (2016) reforça que:

Muitas vezes, vão de encontro às determinações da Resolução CFESS n. 493, de 21 de agosto, de 2006 sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional (CFESS, 2006). Além disso, convive-se com o não reconhecimento, por parte da instituição, da responsabilidade que o supervisor tem com o estagiário. Assim, os momentos criados para facilitar a interlocução, como os fóruns de supervisores, são esvaziados, pois os assistentes sociais não são liberados ou preferem não ir, pois acumulariam trabalho (PEREIRA, 2016, p. 367).

Quanto ao planejamento das atividades de supervisão, diante de tudo que aqui foi colocado, e do que mais foi relatado pelas supervisoras de campo, especificamente, não existe momento definido para realizar momentos de reflexão sobre a realidade de trabalho junto aos/às discentes estagiárias, o que pode ser compreendido pela forma como está sendo reproduzido o trabalho profissional diante de uma lógica que faz com que os locais de trabalho contem com o mínimo de profissionais, com o mínimo de condições estruturais para a execução do trabalho, mas que, em contraponto, solicita que esses(as) trabalhadores(as) deem conta de um número excessivo de demandas. Isso revela o sentido da palavra espaço contraditório, em uma perspectiva gramsciana. Mas, ao mesmo tempo, não se pode desprezar, no processo de formação profissional, a importância do(a) estagiário(a) vivenciar na sua dureza a própria realidade socioinstitucional que o espera no mercado de trabalho. Para isso existe a supervisão de campo e docente, para refletir e preparar, na reflexão dialética da relação teoria-prática, o(a) futuro(a) profissional.

Em comparação ao seu trabalho anterior, a Supervisora de Campo C acredita que na instituição em que trabalha, uma Organização Sem Fins Lucrativos, possui boas condições para execução de seu trabalho profissional.

Já nessa instituição que eu estou nós temos uma estrutura completa, toda estrutura que nós precisamos, desde o transporte até o telefone pra gente fazer uma ligação, telefone corporativo, celular. Então a gente tem condições

pra exercer a nossa função (SUPERVISORA DE CAMPO C, informação verbal).

Além disso, dentre as supervisoras de campo, a única que afirmou possuir as condições éticas e técnicas defendidas pelo Código de Ética do(a) assistente social de 1993 e pela Resolução nº 493 de 2006, foi a Supervisora de Campo C. Sem embargo, há que se analisar para além das condições materiais e tecnológicas as chamadas "boas condições", já que se faz mais relevante as condições teórico-práticas da supervisão para se alcance os objetivos de uma boa supervisão de estágio.

A Supervisora de Campo A divide a sala de atendimento com mais dois profissionais e as duas estagiárias do Serviço Social. Desta forma, por conta da pouca estrutura, decidiu fazer escala dos dias que cada discente-estagiária deveria comparecer ao campo de estágio, bem como quando necessita efetuar atendimento sigiloso, afirma que: "como a gente não tem uma sala de atendimento individualizada, às vezes eu ia pra sala da coordenação. Quando eu queria atender individualmente eu ia 'pra sala da coordenação'" (SUPERVISORA DE CAMPO A, informação verbal).

Quanto à documentação do Serviço Social nos locais de trabalho, a Supervisora B afirmou que: "não temos armário, não temos arquivo. Então, é bem limitado" (SUPERVISORA ACADÊMICA B, informação verbal).

Já a Supervisora de Campo A expressa que:

A gente tem aquele armariozinho lá com chave, específico do Serviço Social. A psicologia eu não sei onde ela armazena, não sei se ela tem um local sigiloso, né! O que é psicossocial fica aqui, aí ela tem acesso de A a Z. A gente tá fazendo aquele menorzinho ali das famílias acompanhadas, mas o que é específico mesmo do Serviço Social fica na chave" (SUPERVISORA DE CAMPO A, informação verbal).

Ela acredita que a estrutura do local de trabalho se coloca como satisfatória. Todavia, menciona a falta de acessibilidade do local, considerando que o mesmo possui uma escada enorme e não conta com rampa de acesso para pessoas com deficiência. No caso, ela precisa descer para o térreo para realização do atendimento do usu-

ário. Exemplifica: "Aí a gente atende lá embaixo, os cadeirantes lá embaixo, lá no portão, né! Até hoje tinha um rapaz cadeirante lá no portão. Aí a gente acaba infringindo no sigilo, na dignidade do atendimento, né!" (SUPERVISORA DE CAMPO A, informação verbal).

Concernente às exigências colocadas aos(as) trabalhadores(as) pós reestruturação produtiva, estão a habilidade de adaptação às novas tecnologias de informação e comunicação. Quanto a isso, a Supervisora de Campo A relata que conta apenas com um computador em seu local de trabalho que é dividido pelos três profissionais e ressaltou que diante dessas condições prefere levar seu notebook para facilitar o desenvolvimento do trabalho. Para ela, ligar a internet – de péssima qualidade – é desgastante, haja vista a oscilação da mesma. Considera essa condição "do regular para o ruim" (SUPERVISORA DE CAMPO A, informação verbal).

Quanto a isso, a Supervisora de campo B, como já mencionado anteriormente, afirmou não contar com computador e possuir apenas um celular com o qual trabalha. Já a Supervisora de Campo C, afirmou ter boas condições de acesso a essas novas tecnologias, tal como computador, telefone e celular corporativo.

Sobre essa questão, é necessária a compreensão da importância das novas tecnologias para facilitar o trabalho do(a) assistente social. Entretanto, sem deixar de lado o entendimento sobre o quanto a utilização dessas tecnologias contribui com a máxima exploração do trabalhador, "essa economia do tempo de trabalho levou ao chamado "desemprego tecnológico"; que é justificado por muitos autores como uma melhor otimização dos recursos humanos nos processos produtivos do capital variável" (HERÉDIA, 2004, p. 1), associado pelo lado do capital como forma de mais-valia relativa. "Daí que as mudanças no mercado de trabalho em decorrência das tecnologias de informação modificam e reconfiguram o processo de reprodução das forças de trabalho, representado pela dinamicidade desse processo" (SILVA, 2021, p. 18).

Sobre "levar trabalho para casa", todas as su-

pervisoras, exceto a Supervisora de Campo B, afirmaram que o fazem:

É. Ainda mais quando a gente tem ações fora daqui, em creche, escola... elaborar slide, às vezes aqui é um entra e sai e de segunda a quinta é atendimento e sexta-feira, geralmente, eu estou com eles (com os técnicos). Aí fica difícil de digitar, de fazer, de construir material. Eu tenho dificuldade. Eu até prefiro levar pra casa pra fazer (SUPERVISORA DE CAMPO A, informação verbal).

Sim, pra vida, não é pra casa. É mais os contatos, a organização das atividades que a gente precisa fazer, a gente acaba levando. Relatório, eu em particularmente acabo me policiando 'pra não levar pra casa, mas em casos extremos eu levo, mas, é bem mais difícil (SUPERVISORA DE CAMPO C, informação verbal).

Sempre. Porque se você, por exemplo, pega cinco disciplinas, como é o meu caso, que eu tenho aula de manhã, a tarde e de noite. Aí você tem um dia de folga que é, por exemplo, pra você fazer as visitas acadêmicas, você vai pegar no sábado e no domingo, ou então vai pegar nas madrugadas, à noite. Então sempre se leva trabalho para casa, né! Principalmente, corrigir os trabalhos, as próprias visitas acadêmicas. Falando das próprias visitas acadêmicas, eu faço no meu horário de folga. Então eu já fui fazer visita acadêmica quando não tinha trabalho na universidade, que era pra eu estar descansando, mas eu ia fazer visita acadêmica (SUPERVISORA ACADÊMICA A, informação verbal).

Eu trabalho muito em casa. Em casa a gente sempre tem alguma coisa pra fazer, sempre tem um slide pra preparar, sempre tem um material pra estudar, sempre tem um aluno pra responder mensagem. A gente trabalha o tempo inteiro. Trabalhar como professor é nunca parar, essa que é a verdade. E mesmo que a gente pare a gente fica sempre com aquela sensação, com aquela ansiedade de que tipo "está faltando alguma aula pra eu fazer, tá faltando algum texto pra eu mandar para os alunos, tá faltando alguma, sempre a gente fica com aquela ideia de que tem que fazer alguma coisa" (SUPERVISORA ACADÊMICA B, informação verbal).

Os relatos expostos evidenciam a questão da exploração e do desgaste a que são submetidos os(as) trabalhadores(as) diante dos impactos ocasionados nas condições e relações de trabalho frente à reestruturação produtiva. Demonstrem uma realidade que perpassa a lógica do capitalismo marcado pela intensificação do trabalho, "além de implicar mais horas, agrega também

mais tarefas e responsabilidades à mesma jornada, ou seja, mais trabalho" (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 103).

Considerações finais

Os elementos que emergiram das falas dos sujeitos revelam que refletir sobre estágio supervisionado em Serviço Social exige dos atores sociais envolvidos nesse processo formativo a compreensão e a análise das mudanças conjunturais e estruturais que derrocaram sobre a formação profissional, especificamente, no contexto dos últimos anos. As mudanças engendradas só serão apreendidas se situadas no contexto histórico das contrarreformas capitalistas contemporâneas, sobretudo, no que se refere ao receituário neoliberal em nosso país e no mundo. Assim, este trabalho considerou os impactos sobre as condições de trabalho do(a) assistente social supervisor(a), diante do processo de reestruturação produtiva, tentando analisar como as inflexões ocorridas nas últimas décadas interferem sobremaneira no processo de estágio e supervisão em Serviço Social.

Pode se perceber que embora os(as) assistentes sociais supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo e os(as) discentes-estagiários(as) vivenciem realidades diferentes, inseridos em distintas Unidades de Ensino e campos de estágio, eles sofrem, de diferentes maneiras e cotidianamente, os rebatimentos das transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970 sobre o mundo do trabalho.

O trabalho do(a) assistente social, bem como o processo de estágio supervisionado, e com ele a supervisão, quando desenvolvidos sob a lógica neoliberal, baseados nas inflexões geradas pela reestruturação produtiva, imprime, muitas vezes, a estas atividades, tal como o acompanhamento do(a) discente-estagiário(a), formas consideradas burocráticas, distanciadas do que deveria se dar de forma pedagógica, distantes de uma análise crítica dos desafios conjunturais que se fazem presentes na realidade de trabalho do(a) assistente social supervisor(a) acadêmico e de campo.

Assim sendo, é essencial a compreensão de

que o capitalismo e suas crises estruturais geram, cada vez mais, formas intensas de exploração da classe trabalhadora, bem como projetos de educação/formação profissional, que contribuem para a sua perpetuação. Desta forma, há a necessidade de defesa de uma formação crítica e competente, que proporcione aos futuros(as) profissionais de Serviço Social o discernimento coletivo e compromisso com as lutas e demandas da classe trabalhadora.

Para tanto, o estágio supervisionado, como essencial para a formação profissional em Serviço Social, deve se materializar com qualidade e coerência com o direcionamento baseado no projeto de formação profissional e de sociedade hegemônicos no seio da categoria, sustentado no compromisso ético-político de superação desse sistema político e econômico que perpetua a desigualdade em todas as suas formas.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional*. Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003–2004 ABEPSS. São Paulo: ABEPSS, 2003.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. *A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção*. *Katálisis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço*. Rio de Janeiro, 1996. 27 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss*. *Temporalis*, Brasília, ano 1, n. 17, jan./jul. 2010.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAPUTI, Lesliane. *Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados*. *Katálisis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; FERREIRA, Ana Maria. *Estágio Supervisionado em Serviço Social: reflexões a partir da realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora*. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social*. 2006. *Diário Oficial da União*: parte 1: Poder Executivo, Brasília, p. 77, 25 ago. 2006.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. *A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

GUERRA, Yolanda. *O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. A supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HERÉDIA, Vania. Novas tecnologias nos processos de trabalho: efeitos da reestruturação produtiva. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, [S. l.], v. 6, n. 170 (9), 2004.

HILLESHEIM, Jaime. Estágio profissional e precarização do trabalho. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 32, p. 159-182, jul./dez. 2016.

KOIKE, Maria Marieta. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. Texto aplicado à 2ª disciplina do Curso de pós-graduação: Serviço Social – Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD UNB, 2009. p. 1-25.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A política de educação superior e a formação profissional em Serviço Social: reflexões para o debate. *Argumentum*, Vitória, v. 3, n. 2, p. 284-299, jul./dez. 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica à economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 1.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: avanços e desafios. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n.3, p. 361-369, out./dez. 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Márcio Antunes da. Assistente social e tecnologias da informação. *UEL*, 2003. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v6n1_marcio.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *Formação Profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social: Expressão dos (des) encontros entre formação profissional e o mercado de trabalho. *Temporalis*, Brasília (DF), ano IX, n. 17, p. 61-82, 2009.

Silvana Alves da Silva

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil; especialista em Serviço Social – Oncologia pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil.

Reinaldo Nobre Pontes

Doutor em Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid, em Madrid, Espanha. Professor da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil.

Endereço para correspondência

Silvana Alves da Silva/ Reinaldo Nobre Pontes
Universidade Federal do Pará
R. Augusto Corrêa, 01 – Prédio ICSA, sala SD 03
Profissional, 66075-110
Belém, PA, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.